



Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base

**I Simpósio da Comissão Permanente de
Serviços de Infra-estrutura do Senado
Federal**

**“Infra-estrutura e Logística no Brasil: Desafios para um
País Emergente”**



**Painel 4. GESTÃO PÚBLICA, ORÇAMENTO E
INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS**

**Ralph Lima Terra
Vice-presidente executivo**

27 de novembro de 2008 – 14h30



A ABDIB E A INFRA-ESTRUTURA

- ➔ FUNDADA EM 1955 EM SÃO PAULO
- ➔ NAS DÉCADAS DE 60, 70 E 80 : AJUDOU A PROMOVER OS PRIMEIROS GRANDES PROJETOS NO SETOR
- ➔ NA DÉCADA DE 90 : AJUDOU A ATRAIR OS PRIMEIROS INVESTIMENTOS PRIVADOS PARA O SETOR
- ➔ NESTA DÉCADA : COLABORANDO PARA MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS E ATRAIR INVESTIMENTOS



A AGENDA POSITIVA DA ABDIB

- ➔ **RATIFICAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO CAPITAL PRIVADO NA INFRA-ESTRUTURA**
- ➔ **MARCOS REGULATÓRIOS ESTÁVEIS, CLAROS E REPRESENTANDO COMPROMISSOS FORMAIS ENTRE INTERESSE PÚBLICO E CAPITAL PRIVADO**
- ➔ **CONSOLIDAÇÃO DA AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DOS ENTES REGULADORES COMO ÓRGÃOS DE ESTADO**
- ➔ **DEFINIÇÃO DE CONJUNTO DE PROJETOS ESTRUTURANTES**
- ➔ **CRIAÇÃO DE MECANISMOS ALTERNATIVOS PARA FINANCIAMENTO E CAPTAÇÃO DO CAPITAL PRIVADO**



NECESSIDADE ANUAL DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA

ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 21,2 bi
PETRÓLEO & GÁS (*)	R\$ 41,4 bi
TRANSPORTES/ LOGÍSTICA	R\$ 21,8 bi
SANEAMENTO BÁSICO	R\$ 10,5 bi
TELECOMUNICAÇÕES (**)	R\$ 13,5 bi
TOTAL	R\$ 108,4 bi

Notas: (*) E&P, Abastecimento, Gás e Energia

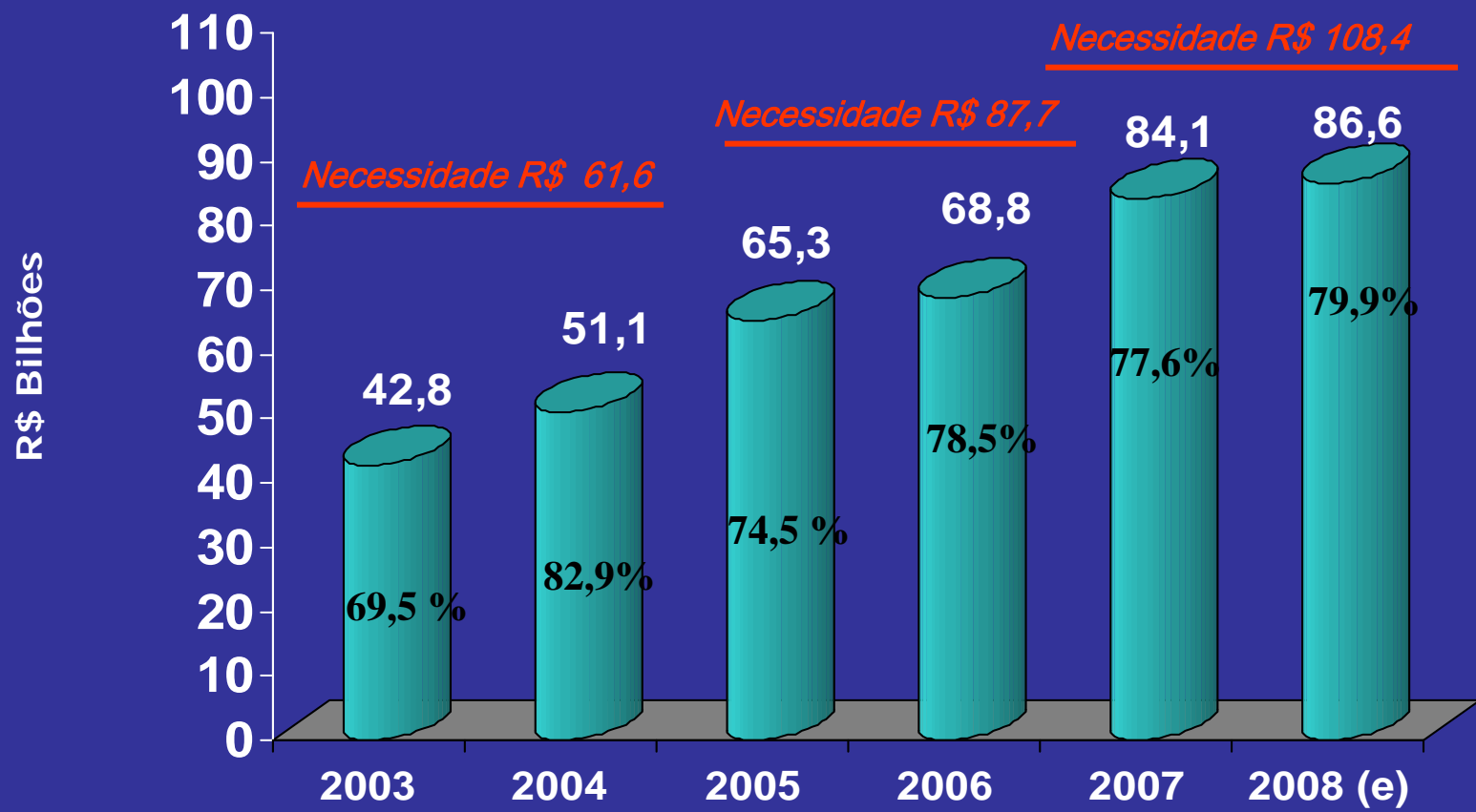
(**) Telefonia Fixa e Celular



INVESTIMENTOS REALIZADOS

OS INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA
ESTÃO AINDA LONGE DA NECESSIDADE

Valores Correntes



(e) Estimativa



INVESTIMENTOS EM INFRA – ESTRUTURA 2003 - 2007 (PÚBLICO X PRIVADO)

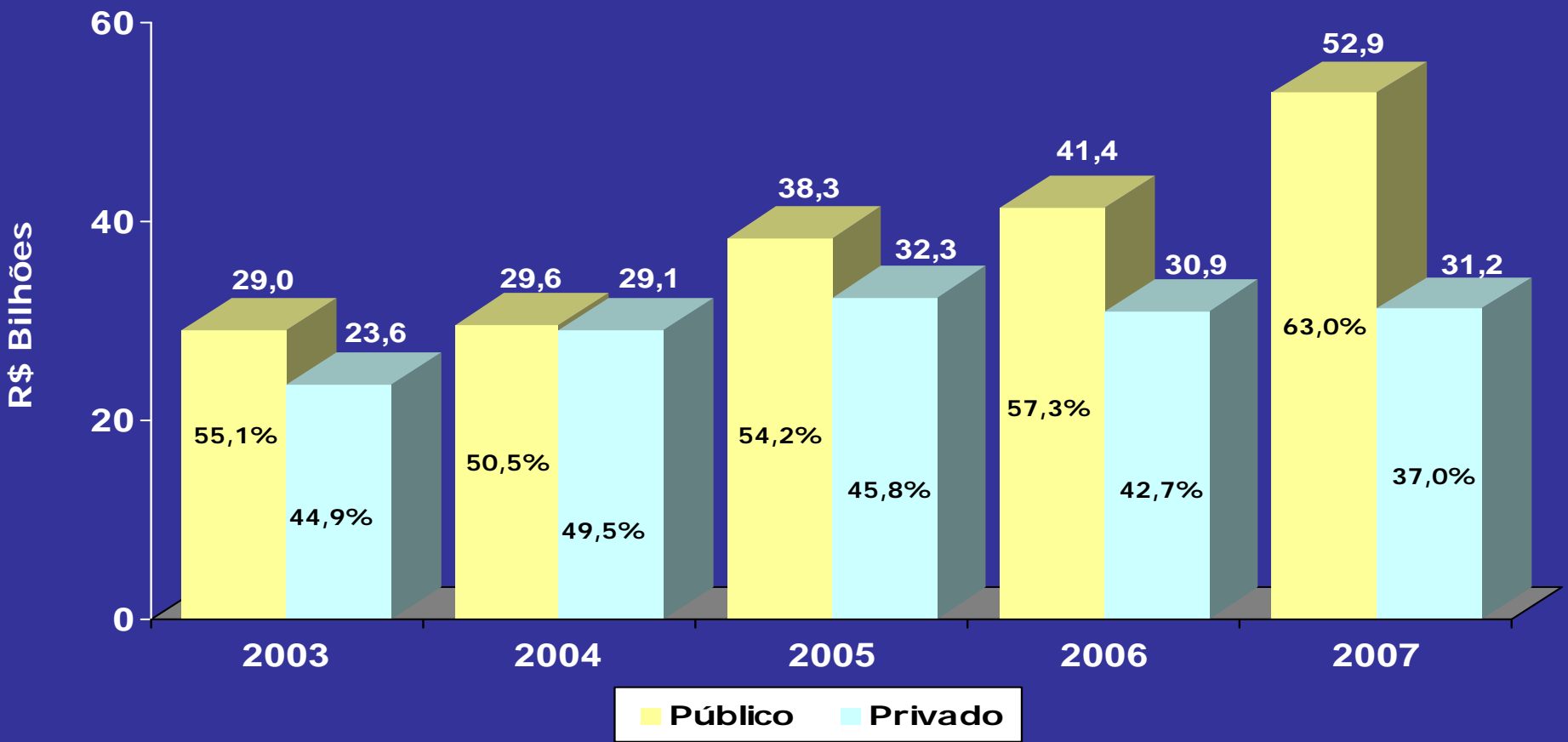
Setor	Público		Privado		Total R\$ Bilhões
	R\$ Bilhões	%	R\$ Bilhões	%	
Transportes	29,6	58,0	21,4	42	51,0
Energia Elétrica	19,9	34,0	39,0	66	58,9
Petróleo e Gás	110,9	92,4	9,1	7,6	120,0
Telecomunicações	0	0	64,5	100	64,5
Saneamento Básico	16,8	95	0,9	5	17,7
TOTAL	177,2	56,8	134,9	43,2	312,1



INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO NA INFRA-ESTRUTURA

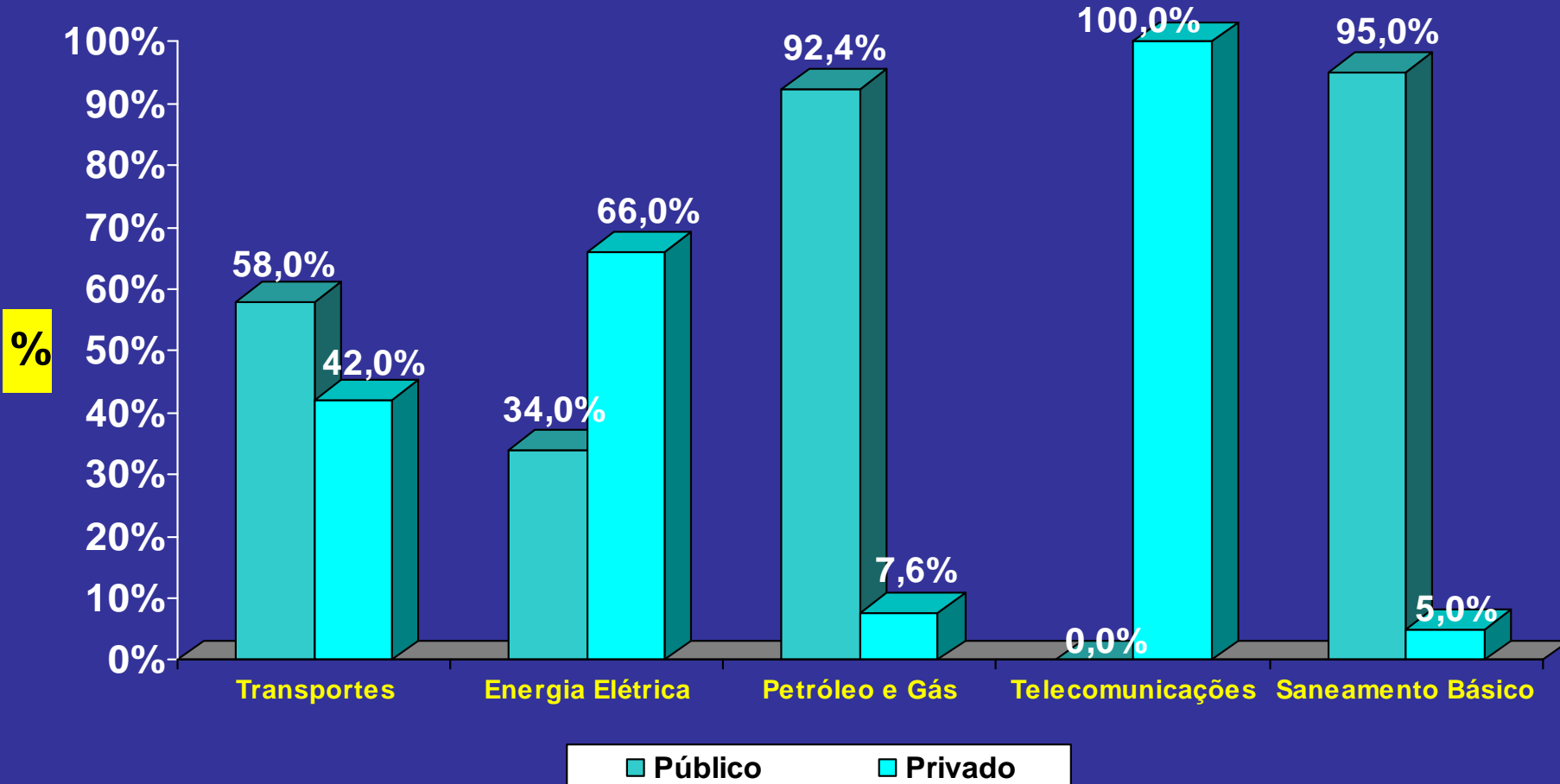
PREÇOS DE 2007

(Investimento público inclui estatais)





INVESTIMENTOS EM INFRA – ESTRUTURA (PÚBLICO X PRIVADO) - Participação %





Algumas diretrizes para garantir investimentos: objetivo é criar ambiente atrativo para a implantação dos projetos.

- Melhorar a gestão do gasto público, com mais informatização, integração e aferição de resultados.**
- Garantir um ambiente de negócios e investimento adequado e atrativo ao setor privado, com regras claras e estáveis, sistema de financiamento consistente e consolidação do modelo de agências reguladoras.**
- Melhorar a capacidade do setor público de atender demandas relativas aos investimentos públicos e privados, como análise de licenciamento ambiental, elaboração de projetos de engenharia, publicação de editais de licitação e concessão.**



Elaboração e execução orçamentária: prover mais eficácia e agilidade ao gasto.

- Mudar a lógica de construção e de execução do orçamento público de investimentos. Hoje, é muito difícil cumprir todas as etapas anteriores ao empenho dos recursos em apenas um ano fiscal. A tendência é remeter boa parte dos gastos em investimentos para anos seguintes, desvirtuando o propósito da rubrica restos a pagar.**
- Inserir no orçamento somente ações e projetos com garantia de recursos suficientes para terminá-los por inteiro.**
- Garantir o fluxo orçamentário e financeiro adequado ao longo da execução da obra, evitando uma das principais causas de obras públicas inacabadas.**



Trâmite da licitação: transformar a lei numa garantia de aquisição de bens e serviços com o melhor preço para a sociedade.

- Adotar a exigência de só abrir licitação se houver projeto executivo – e não projeto básico. Isso ajuda a ter noção mais exata de custos e complexidade para entregar o bem ou serviço.**
- Pode-se ousar ainda mais: só inserir no orçamento público projetos com estudos de viabilidade (ambiental, técnica e econômica) já concluídos.**
- Ampliar a utilização do seguro-garantia nas propostas e contratos públicos. Essa medida permite ao poder público simplificar procedimentos na etapa de qualificação técnica e evitar a postergação do processo de licitação por causa de brechas legais.**



A escalada da “judicialização” na infra-estrutura: incertezas entre contratantes, investidores e fornecedores de bens e serviços.

- Seminário AGU e Abdib: já há 903 ações judiciais (até outubro de 2008) que questionam efeitos o objetivos de obras do PAC. A judicialização, em tese, não é problema, mas sim o excesso dela, pois obras postergadas custam caro.**
- Rever as regras e o papel de diversas instituições públicas, principalmente aquelas com poder de veto, evitando sobreposições ou extrapolação de responsabilidades.**
- Seja pelo diálogo ou por instrumentos legais, há formas de diminuir essa escalada e resolver os conflitos antes de eles chegarem até a Justiça: instâncias para conciliação e arbitragem e criação de varas especializadas.**



O nó do licenciamento ambiental: investimento em infra-estrutura é fator determinante para garantir conservação do meio ambiente.

- Investimentos em infra-estrutura precisam ser acompanhados de ação eficaz das instituições públicas nos locais carentes da presença do Estado.
- Investir em gestão, tecnologia e ações corretivas para mitigar impactos ambientais. Não existe impacto nulo, mas sim mínimo.
- O desenvolvimento não pode ocorrer sem viabilidade ambiental, bem como a preservação não pode impedir o desenvolvimento, sob risco de negar bem-estar às pessoas sem assistência.
- O mesmo Estado que escreve as leis ambientais precisa prever mecanismos para que elas sejam uma baliza – e não um obstáculo – ao desenvolvimento.



O custo das ineficiências para o Brasil: paralisar, postergar e planejar insuficientemente custa caro.

- Estudo do TCU em amostra de 400 obras em 2007 identificou 302 consideradas inacabadas. Motivos: fluxo orçamentário financeiro insuficiente (52,6%), problemas no projeto ou execução da obra (13,6%), inadimplência do tomador (10,9%), entre outros.**
- O último leilão de energia nova viabilizou 24 usinas (3.125 MW médios). Somente 3,8% serão produzidos por hidrelétricas (UHE Baixo Iguaçu/PR). O restante será gerado por plantas térmicas, incluindo 1.976 MW médios (63,2%) a óleo combustível. Importação de R\$ 2,5 bi em equipamentos.**
- Baixo Iguaçu vai gerar 121 MW médios de energia, ao custo de R\$ 98,98 por MWh. Já os 1.976 MW médios de termelétricas movidas a óleo combustível custarão, quando acionados, cerca de R\$ 360,00 por MWh.**



Agenda positiva da gestão pública e dos investimentos: medidas já adotadas ou em fase de adoção.

- Ações da AGU para defender servidores públicos em processos de ação judicial, de acordo com critérios preestabelecidos.**
- Difusão da utilização da arbitragem para resolver conflitos.**
- Criação da Empresa Brasileira de Projetos (EBP) para investir em estudos de viabilidade, modelagens e projetos executivos.**
- PAC: listou investimentos em infra-estrutura considerados prioritários, com sistema de controle interministerial centralizado, com gestão e análise de riscos.**



Agenda positiva da gestão pública e dos investimentos: medidas que podem e precisa ser adotadas.

- Concluir votação do projeto de lei que regulamenta o Artigo 23 da Constituição (competências dos entes federativos sobre meio ambiente).**
- Concluir a votação do projeto que altera lei de licitação, com melhorias.**
- Avançar na informatização do licenciamento ambiental na esfera federal.**
- Garantir trâmite especial para empreendimentos energéticos.**
- Reverter tendência de responsabilizar criminalmente servidores públicos de boa índole que assinam licenças ambientais e editais de licitação, pois isso gera postergação de decisões e esvaziamento de pessoal qualificado.**



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA
INFRA - ESTRUTURA E INDÚSTRIAS DE BASE**

**Homepage - www.abdib.org.br
e-mail - abdib@abdib.com.br**